

NOTA OFICIAL



LIVRES

Diretoria

Paulo Gontijo (Diretor-executivo), Magno Karl (Diretor de Políticas Públicas), Mano Ferreira (Diretor de Comunicação).

Conselho de Administração

Alessandra Pinho, Fernando Henrique Miranda, Guilherme Setúbal, Leonardo Regazzini, Luiz Felipe Costamilan.

Conselho Acadêmico

Elena Landau, Leandro Piquet, Persio Arida, Ricardo Paes de Barros, Samuel Pessôa, Sandra Rios, Paulo Roberto de Almeida, Fernando Schuler.

Bancada da Liberdade

Senador

Rodrigo Cunha | PSDB-AL

Deputados Federais

Alex Manente (Cidadania-SP), Daniel Coelho (Cidadania-PE), Franco Cartafina (Progressistas-MG), Gilson Marques (Novo-SC), Marcelo Calero (Cidadania-RJ), Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), Tiago Mitraud (Novo-MG).

Deputados estaduais

Davi Maia (DEM-AL), Daniel José (Novo-SP), Guilherme da Cunha (Novo-MG), Chicão Bulhões (Novo-RJ), Fábio Ostermann (Novo-RS), Giuseppe Riesgo (Novo-RS), Júlia Lucy (Novo-DF), Laura Serrano (Novo-MG).

Vereadores

Caio Cunha | PV-SP (Mogi), Caio Miranda | PSB-SP (São Paulo), Emerson Jarude | Sem partido-AC (Rio Branco), Gabriel Azevedo | Sem partido-MG (Belo Horizonte), Lucas de Brito | PV-PB (João Pessoa), Lucas Gottardo | PSB-SC (Balneário Camboriú), Mazinho dos Anjos | PSD (Vitória), Rodrigo Zara | PP-MG (Conquista), Thiago Lucena | PMN (João Pessoa).

SALVAR VIDAS TAMBÉM É SALVAR A ECONOMIA.

O movimento Livres vê com preocupação a situação brasileira diante dos desafios que a realidade nos impõe. A pandemia da COVID-19 causou, e ainda vai causar, fortes impactos no sistema de saúde, na economia e na população mais vulnerável, como vem ocorrendo no mundo todo.

Os alertas da comunidade médica e da OMS, além da previsão do próprio Ministério da Saúde, são claros. Com potencial de transmissão em progressão geométrica, a explosão simultânea de casos levará ao colapso do nosso sistema de saúde e a uma tragédia humanitária com grande número de mortos.

Desde a nossa fundação, o Livres se notabilizou pela defesa das liberdades individuais, do livre comércio, do livre pensar e da cooperação voluntária entre indivíduos de todo mundo em favor da igualdade de oportunidades e de mais prosperidade. É com muita responsabilidade que nos dirigimos hoje aos associados e colaboradores do movimento e à sociedade brasileira para propor 8 eixos de ação que podem ser úteis para o combate à epidemia e as possíveis consequências de sua propagação pelo território nacional.

Infelizmente, somos atingidos por esta pandemia em um momento crítico para as nossas contas públicas. Esse contexto é resultado da crônica irresponsabilidade fiscal de vários governos e das injustiças estruturais enrijecidas do Estado brasileiro, que segue concentrando renda, ampliando desigualdades e agravando uma situação social dramática. No momento em que mais precisamos lavar bem as mãos, mais de 24 milhões de residências seguem sem acesso à água encanada no Brasil.

Outros países fizeram o dever de casa e agora contam não apenas com estrutura de saneamento básico, como também possuem poupança para financiar os esforços necessários neste momento. Não é o nosso caso. Pagaremos por esse erro enfrentando ainda mais dificuldades para o controle da pandemia e para o crescimento econômico quando ela passar.

Não é hora de apontar dedos ou procurar culpados. As lideranças políticas, empresariais e cívicas precisam entender seu papel para a construção rápida de consensos que priorizem a solidariedade com responsabilidade, deixando de lado questões menores e interesses pessoais.

Em uma situação de emergência, quando estamos sob ataque de um inimigo invisível, as políticas que julgamos ótimas para tempos de normalidade não podem ser inimigas das ações com o potencial de solucionar a vulnerabilidade social que enfrentamos. A correta decretação do estado de calamidade abriu espaço para o não cumprimento das metas fiscais. A situação é inevitável pela conjugação de um necessário aumento de gastos públicos e da queda significativa da arrecadação, em consequência da recessão.

Neste documento, o Livres apresenta nossa visão sobre quais deveriam ser os grandes eixos de trabalho no combate à pandemia. Buscamos unir sensibilidade social e responsabilidade fiscal para enfrentar os desafios imediatos sem comprometer os sonhos futuros.

Não temos respostas prontas. Seguiremos debatendo ao longo das próximas semanas. Nosso intuito é contribuir para que a sociedade brasileira possa qualificar o diálogo em busca de soluções para este momento crítico da vida nacional.

QUARENTENA COM PRAZOS DE REAVALIAÇÃO

A quarentena temporária em nossas cidades, com o fechamento de pontos comerciais e de concentração de pessoas que não forem absolutamente emergenciais, é necessária. O isolamento deve ser acompanhado de ações urgentes que nos capacitem para lidar com a presença do vírus por possíveis meses e anos: testagem, mapeamento, triagem e higienização em larga escala.

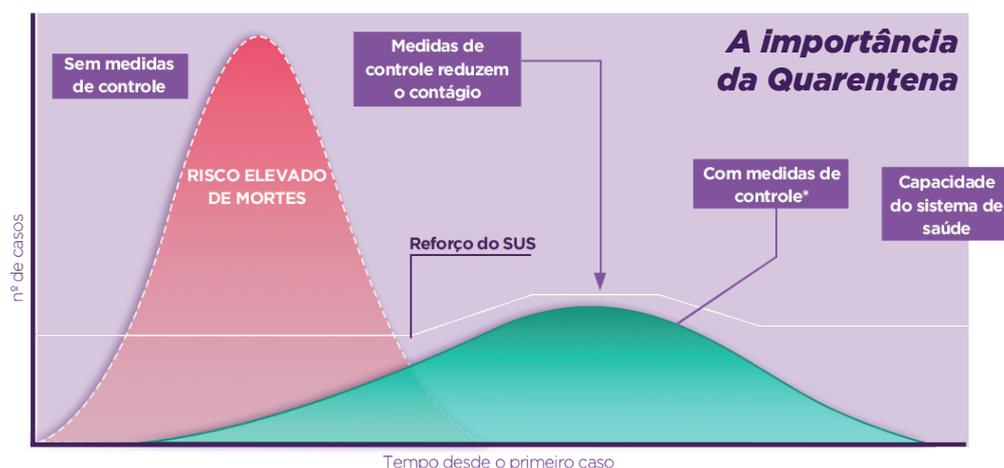
A adoção eficiente dessas medidas é fundamental para que a quarentena possa durar o menor tempo possível, proporcionando uma volta à normalidade com segurança. A má execução significaria o risco da necessidade de uma nova quarentena, ainda mais dura, em um cenário de desastre humanitário e econômico.

Além da ampla testagem, nosso resguardo deve ser acompanhado do avanço científico mundial em busca de medicação e vacinas, do aumento da capacidade de atendimento dos nossos hospitais e, então, do retorno gradual às atividades comerciais. Por isso, acreditamos que, além da imposição imediata de retorno às casas, os governos municipais e estaduais, lado a lado com o governo federal, devem trabalhar com datas claras de revisão da quarentena.

Os prazos são importantes para conter a ansiedade e aumentar a adesão voluntária às medidas. Comunicação importa. Metas transparentes servem como âncoras de expectativa, nas quais a sociedade pode se basear para a construção dos seus planos futuros, mesmo que a possibilidade de renovação da quarentena permaneça em aberto.

A quarentena é uma espécie de suspensão temporária da dinâmica da sociedade de mercado. Como sabemos, a livre circulação de bens e serviços é a maior ferramenta de geração de prosperidade já experimentada pela espécie humana. No século XXI, a suspensão dessas teias de cooperação social e criação de riqueza causará um impacto brutal na economia, na vida em sociedade e na saúde mental das pessoas.

A realidade não é um filme. Não é possível dar uma pausa hoje e retomar daqui a alguns meses de onde havíamos parado. Todo esse esforço, no entanto, se mostra necessário em nome da preservação do mais precioso bem sem o qual nenhuma ideia teria qualquer sentido: a vida humana.



*Incluem lavar mãos, trabalho remoto, restrições a aglomerações, viagens, espetáculos, conferências, eventos, aulas etc.

SAÚDE SOLIDÁRIA

Mais do que nunca, o momento exige capacidade de cooperação entre os diferentes profissionais da saúde. Hoje não há transparência suficiente sobre a real capacidade do sistema de saúde brasileiro, o que dificulta a mensuração sobre o nível necessário de investimentos.

Tais fatores demandam o aperfeiçoamento da gestão e o aumento da transparência no acesso a informações relacionadas ao número de leitos, equipamentos, testes e profissionais de saúde disponíveis em cada localidade. Uma base de dados atualizada em tempo real será fundamental para possibilitar o compartilhamento dos recursos existentes da forma mais eficiente possível entre as diferentes regiões do país.

A coordenação dos esforços de gestão de insumos, leitos e profissionais poderia ocorrer através de Centrais de Monitoramento Integrado, sob gestão de uma instituição especializada, como a Fiocruz, seguindo exemplo do modelo adotado para o combate e prevenção ao crime durante as Olimpíadas.

Com bons dados, governos ganham uma visão clara sobre quais são os insumos de maior necessidade e evitam o desperdício no direcionamento dos investimentos públicos. A abertura de informações também possibilita o apoio efetivo e funcional da iniciativa privada e da sociedade civil no combate à COVID-19, inclusive com a eventual reversão temporária da capacidade industrial para a produção de equipamentos médicos, desde álcool gel e equipamentos de proteção individual até respiradores e geradores hospitalares.

Uma vez devidamente identificadas as demandas, é preciso desburocratizar os processos de fabricação dos insumos necessários. Essa medida permite que novas empresas entrem no mercado e, junto com a remoção de barreiras à importação, aumenta a oferta de suprimentos para tratar os doentes.

Será necessário acelerar a liberação de recursos para a construção de mais leitos provisórios e que sejam equipados com respiradores para o atendimento médico dos pacientes infectados. Além disso, é fundamental continuar o importante trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério da Saúde no compartilhamento de boas práticas entre as diferentes secretarias estaduais.

BOLSA FAMÍLIA EMERGENCIAL

A fome não é uma escolha melhor do que o Coronavírus. Para que a quarentena seja possível, é preciso fornecer uma opção de renda para as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Este é o caso de cerca de 40% da força de trabalho brasileira, que é composta por pessoas na informalidade cuja renda vem de atividades temporárias. São pessoas que não possuem FGTS ou seguro-desemprego, trabalham de manhã para pagar o almoço e a tarde para pagar o jantar.

É necessário que o governo apresente um **“Bolsa Família Emergencial”**. Essa política pública funcionará como um plano de transferência de renda emergencial, complementar ao Bolsa Família, para salvaguardar as pessoas mais vulneráveis dos impactos da quarentena na economia.

Já utilizado para o acesso aos programas sociais do governo federal – como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Minha Casa, Minha Vida –, o Cadastro Único pode ser a melhor opção para chegarmos até essas pessoas. Mas, mesmo assim, ele não é capaz de atingir todos que necessitam de apoio financeiro nos próximos meses.

Para alcançar quem está em situação de vulnerabilidade e se encontra fora do Cadastro Único, é preciso criar uma opção de registro vinculada ao CPF, que garanta o acesso universal ao benefício emergencial. Nesses casos, para evitar o resgate desnecessário, o valor deve ser ressarcido pelo cidadão que não se enquadra nos critérios sociais em sua declaração de Imposto de Renda de 2021.

CRÉDITO ESPECIAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Medidas de apoio a negócios devem ser trabalhadas com cautela e ter em vista o extenso papel da iniciativa privada na geração de emprego no país. Só as micro e pequenas empresas respondem por 52% dos postos com carteira assinada do setor.

Para acelerar a recuperação econômica após o período de quarentena, é muito importante garantir que os empreendimentos saudáveis, mas sem fluxo de caixa, consigam sobreviver a esse momento crítico. São eles que mantiveram, mantêm e manterão o nosso PIB vivo, nossos trabalhadores empregados e nossa sociedade alimentada.

Em primeiro lugar, devemos garantir o adiamento dos compromissos tributários, inclusive aqueles com vencimento em março. Esse é o passo básico para trazer alívio de caixa aos empreendimentos com receitas reduzidas ou zeradas.

Também se fazem necessárias linhas de crédito especiais, que podem ser concedidas semanalmente. Elas podem emular a receita da empresa, como se substituíssem o faturamento habitual. Em troca de menos garantias para o crédito, o Estado deverá ser reconhecido como primeiro credor do empreendimento.

A recuperação dos impostos e fundos emprestados deverá ser realizada considerando o peso da folha de pagamento na arrecadação total do empreendimento e a capacidade financeira de cada beneficiado. Essa medida deve ser acompanhada de um prazo alongado para os pagamentos de empréstimos, que devem levar em conta as receitas pós-quarentena de cada negócio.

Esses instrumentos permitem que os custos fixos dos negócios não inviabilizem seu retorno às atividades normais. É fundamental, no entanto, elaborar algum mecanismo de combate ao caixa 2.

LIQUIDAÇÃO DO FGTS

Para as empresas que não aderirem às linhas de crédito especiais, deve haver a opção pela suspensão temporária dos contratos de trabalho, mas condicionada à adesão dos trabalhadores ao programa de *Liquidação do FGTS*.

Para quem trabalha de carteira assinada, a liquidação do FGTS para cada cidadão com conta ativa poderia trazer alívio temporário às famílias, por 60 a 90 dias.

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) tem cerca de R\$ 100 bilhões líquidos em caixa, que lastreiam um patrimônio líquido de montante equivalente. Segundo a legislação atual, apesar dos recursos serem oriundos do conjunto de trabalhadores, hoje eles não pertencem a nenhum trabalhador individualmente.

Além disso, o Fundo possui cerca de 30 milhões de contas de trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. Se R\$ 100 bilhões do FGTS fossem distribuídos entre esses 30 milhões de brasileiros, teríamos pouco mais de R\$ 3 mil para cada pessoa.

Em outras palavras, o uso dos recursos do FGTS dá ao governo a capacidade de pagar um salário mínimo para cada trabalhador por três meses, ou R\$ 1.500 por dois meses – por exemplo. Pelas regras atuais, esse fundo é utilizado pelo BNDES para financiar empreendimentos de empreiteiras. Para ser liberado, portanto, é preciso lei.

REDUÇÃO DE PRIVILÉGIOS

Enquanto a sociedade brasileira trabalha para sobreviver à pandemia, é necessário que o setor público participe desse esforço para liberar mais recursos para que possamos investir no sistema de saúde. A estrutura salarial dos servidores públicos é um grande gerador de desigualdades em nossa sociedade.

Em primeiro lugar, é fundamental o estabelecimento de fato do teto de salários do setor público, algo que já é previsto na Constituição, mas segue sendo desrespeitado. Chega de penduricalhos que fazem com que os vencimentos de um servidor sejam três ou quatro vezes maiores do que os do Presidente da República.

Nesse sentido, devemos cobrar pela redução dos gastos supérfluos com a máquina pública. Também é importante adotar descontos temporários e escalonados em duas faixas nos rendimentos dos servidores públicos que ganham mais de 5 e 10 salários-mínimos, a começar pelos integrantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Diferentemente de todos os trabalhadores do setor privado, o funcionalismo público já possui estabilidade de emprego. Numa situação extraordinária como a que vivemos, todos devem contribuir com os esforços de enfrentamento à pandemia, socorro aos mais vulneráveis e recuperação do país.

Outra ação importante é a revisão dos diversos fundos existentes, inclusive os Fundos Partidário e Eleitoral, com a destinação total -- ou pelo menos parcial -- dos recursos para os esforços de combate à COVID-19. A luta é de

todos os brasileiros. A máquina pública e o sistema partidário também deve adaptar seus gastos à realidade de um ano que se anuncia difícil em todos os lares e empresas do Brasil e do mundo.

VIGILÂNCIA CONTRA RETROCESSOS

O estado de calamidade não deve ser visto como uma oportunidade para atacar as proteções básicas à liberdade e aos direitos individuais que são a base do Estado de Direito e da democracia. Este é o momento mais importante para que elas sejam preservadas e fortalecidas.

Os recentes movimentos do governo, que vão de encontro a normas de transparência e accountability do poder público, nos preocupam. Qualquer tentativa de modificar, flexibilizar ou extinguir a Lei de Acesso à Informação deve ser repelida com vigor e o fardo da justificativa deve sempre caber a quem atenta contra as regras estabelecidas, ou seja, ao governo.

Também nos chama atenção a requisição feita pela Advocacia-Geral da União junto ao Supremo Tribunal Federal pela imposição de uma carência de 30 dias para a análise das Medidas Provisórias (MPs) pelo Congresso Nacional. As MPs publicadas pelo Governo Federal têm força de lei pelo prazo de 60 dias, renováveis pelo mesmo período. Esse prazo é dado ao poder Legislativo para analisá-las, transformá-las em lei, emendá-las ou rejeitá-las.

A adição de 30 dias ao prazo dado aos parlamentares não se justifica, pois as casas se encontram em funcionamento através de videoconferências durante o estado de calamidade. Além disso, a medida atenta contra o equilíbrio dos poderes e os freios institucionais ao exercício do Poder Executivo por dar ao Presidente da República autoridade para impor medidas que vigorarão por um mês até que cheguem à apreciação do Poder Legislativo.

SOCIEDADE ATIVA

O engajamento voluntário da sociedade brasileira é inspirador. Não faltam exemplos de empresas e cidadãos que arregaçaram as mangas para ajudar o país a enfrentar esse momento difícil. Mas podemos ser ainda mais efetivos.

A relação entre Estado e sociedade não pode ser baseada na lógica da força, ignorando os direitos humanos, dentre os quais o direito fundamental à propriedade privada. Confiscos não são uma prática aceitável. A promoção de incentivos adequados é mais eficaz e eficiente. Nesse sentido, o controle de preços diminui a agilidade do mercado para ampliação da produção de bens escassos. O livre funcionamento do sistema de preços atua como uma linguagem, informando sobre o nível de escassez de determinados produtos. Em momentos de calamidade, compreender essa dinâmica é ainda mais importante para impulsionar soluções concretas.

O uso inteligente do sistema de preços também é importante para evitar práticas irracionais de consumo, como a estocagem desnecessária de produtos. Em outros países, os supermercados adotaram práticas de elevação condicionada do preço para desincentivar a compra de grandes volumes de um mesmo item, geralmente baseada no pânico. No Brasil, o excesso de regulação impede a coibição voluntária dessa prática e acaba levando ao desabastecimento temporário de itens.

Durante o período de quarentena, uma grande parcela da força de trabalho altamente qualificada estará confinada e com jornadas de trabalho reduzidas. Indústrias com capacidade produtiva podem ser adaptadas para a produção de equipamentos médicos. Precisamos aproveitar o potencial criativo e produtivo dos brasileiros no enfrentamento da COVID-19.

Para que a sociedade possa participar ativamente da construção de soluções, é essencial que o governo seja capaz de informar com transparência e clareza quais são os principais problemas que precisam ser enfrentados. Mais do que nunca, precisamos que as empresas privadas e organizações da sociedade civil participem ativamente deste esforço que é de todo Brasil.

COMPROMISSO COM O FUTURO

Esta nota exprime nosso compromisso com o futuro do Brasil. Como movimento político e social, o Livres compreende que o momento impõe ainda mais responsabilidade aos participantes do debate público.

A situação emergencial que enfrentamos hoje é um lembrete da necessidade da responsabilidade na condução do Estado e no gerenciamento das contas públicas. Como qualquer família, o governo deve buscar sempre viver de acordo com as suas capacidades financeiras, reservando parte do que arrecadar para investimentos e para confortá-lo em um momento de grave emergência.

Em casos como a COVID-19, nossa reação é mais lenta e nossas escolhas são mais difíceis porque nos faltam recursos. Mas isso não nos impede de mudar o rumo tomado até agora e adotar medidas efetivas para proteger os mais pobres dos impactos financeiros da atual pandemia. O momento, no entanto, é de salvar vidas e preservar a saúde de crianças, homens, mulheres e idosos que fazem a nossa economia funcionar, mas que são, sobretudo, os nossos familiares, amigos e irmãos.

É preciso que tenhamos uma data de reavaliação no futuro, algo que nos inspire ao cuidado para que possamos regressar às nossas atividades juntos, vivos e saudáveis. Por hoje, fiquemos em casa, para que possamos sair todos juntos o mais breve possível.

Pela Liberdade,
LIVRES.